

Tango americano atravessa samba latino

Declarando a Argentina sua aliada estratégica na América do Sul, os Estados Unidos desestabilizam o Mercosul, atrapalham o sonho de o Brasil conseguir uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU e expõem ainda mais as veias abertas da América Latina.

Páginas 6 e 7



TECNOLOGIA

Pesquisa na Universidade é mercadoria para dar e vender às empresas que não fazem investimentos?

Pág. 4

APOSENTADOS

Governo faz jogo de empurra para aprovar a Reforma da Previdência antes do ano eleitoral

Pág. 9

TRADICIONALISMO

Laçador é um marco de Porto Alegre porque o gaúcho que aqui peleia não peleia como lá

Pág. 11

ENTREVISTA

A educadora Roseli Caldart diz que o beabá dos sem-terra começa por educação e dignidade

Pág. 12

Anhembi-Morumbi:

O futuro do ensino superior

L ogo após criar uma crise no Conselho Nacional de Educação ao promover o colégio de 3º Grau Anhembi-Morumbi, de São Paulo, à condição de Universidade, motivando inclusive a perda, pela República dos Professores, de um de seus aderentes de primeira hora, o filósofo José Gianotti, o Ministro Paulo Renato vai do ato às palavras e declara (Jornal Folha de São Paulo, edição de xx/08/97) que pretende "liberar o ensino privado". Algo como matar a cobra – no caso, o conceito de Universidade definido na Constituição Federal – e mostrar o pau.

A analogia aplica-se por várias razões. Primeiro, porque não se pergunta à cobra (no caso, a Universidade, etc.) se quer morrer: parte-se do princípio de que ela é perigosa, dá-se a paulada e pronto – ela que estrebuche enquanto puder; segundo, porque, tal como seu ilustre antecessor no governo da República, o tucanato, entre os quais fica o Ministro da Educação, também empenha-se em convencer a Nação de que nasceu com "aquilo" roxo. Isto está evidente na forma e no conteúdo da ação.

Na forma, pelo requinte de autoridade, digno da melhor macheza dos grotões, onde imperava (?) o velho coronelismo oligárquico. O que está explícito nesta ação é a visão de que o governo, por ser governo, manda e portanto faz, e os de baixo que se cuidem. Não importa o que digam a Constituição e as leis. Aliás, é de um dos atuais ministros a declaração de que, "nas condições brasileiras", o governo, por ter sido eleito, tem mais legitimidade que a Constituição!

No conteúdo, por representar o triunfo da ignorância sobre o saber. Afinal, se o governo pretende transformar o ensino de 3º grau em algo heterogêneo e variado, vá lá! É um objetivo por si só pernicioso, mas vamos partir do pressuposto que seja apenas discutível: reservar algumas poucas instituições para a elite e o resto para a plebe não é lá muito de acordo com o ideário social-democrata (lembram?), mas admitamos que se discuta a idéia em tese. Afinal, hoje esta divisão já existe de fato, e quem sabe sua regulamentação acabasse contribuindo, por uma dessas vias tortuosas da História, para a alteração do quadro. Outra coisa, no entanto, é dissolver os parâmetros que qualificam uma Universidade: uma instituição onde se ensina porque se pesquisa. Feita a dissolução, a sociedade, ou quem quer que seja, perde completamente a possibilidade de controlar a qualidade do produto que sair dessa instituição informe e sem vocação definida, salvo a da sobrevivência imediata, onde se valerá de tudo, como aliás já vale nos colégios que estão comprando o diploma de Universidade – aliás, modalidade de democratização do acesso ao diploma de nível superior na qual algumas dessas instituições têm larga experiência.

Por enquanto, a nós, os de baixo, resta a ironia (e toda ironia esconde uma esperança) de constatarmos a surpresa do afamado filósofo ao descobrir que um casto ninho tucano só existia na sua fantasia.

OBSERVATÓRIO

Ufrgs lança jornal

Porto Alegre – *Jornal da Universidade* é o nome do veículo a ser lançado em breve pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com 12 páginas e uma tiragem inicial de 30 mil exemplares, a Ufrgs pretende

quebrar o silêncio de comunicação existente dentro e fora da comunidade acadêmica, uma das propostas de campanha da reitora Wrana Panizzi. A edição do jornal vai estar a cargo do jornalista Clóvis Ott.

Nova mensalidade para quem recebe a URP

Porto Alegre – A partir do próximo mês, a Adufrgs vai passar a descontar 1% dos professores que incorporaram os 26% referentes à URP de 89. Referendado na assembléia geral do último dia 4 de setembro, o percentual, cobrado além da mensalidade atual, incidirá somente sobre os vencimentos dos cerca de 1,3 mil

docentes que participaram da ação. A decisão da cobrança da nova mensalidade foi tomada em janeiro deste ano. Segundo o presidente da Adufrgs, Renato de Oliveira, o repasse da folha de pagamento da Universidade para a Adufrgs será automático e vigorará apenas enquanto for mantida a decisão da Justiça.

Governo francês dá exemplo ao brasileiro

Paris – Enquanto o Ministério do Planejamento do Brasil ensaia cortes de até R\$ 240 milhões na área de bolsas e pesquisa, o governo socialista francês vai repor US\$ 43 milhões que haviam sido cortados do ensino superior e da pesquisa

pela administração anterior, derrotada em junho nas eleições parlamentares. O primeiro-ministro Lionel Jospin anunciou também a criação imediata de 220 novos postos em pesquisa e 300 novas bolsas para estudantes em nível de doutorado.

HIV desaparece do sangue de dois franceses

Lyon – O vírus da Aids tornou-se indetectável em dois pacientes franceses. A reação aconteceu um ano depois que eles foram submetidos ao tratamento que associa um antiviral (inibidor da transcriptase reversa), à didanosina (ddI) e um antitumoral, o hydroxyrea. O resultado

promissor, publicado na revista médica *The Lancet*, foi obtido no Hospital da Cruz Vermelha da cidade de Lyon. Resultados satisfatórios também foram obtidos nos demais pacientes do Hospital. Em metade dos 25 tratados, o HIV desapareceu quase totalmente dos glóbulos brancos.

Bresser na Ufrgs

Porto Alegre – O ministro da Administração e Reforma do Estado, Luis Carlos Bresser Pereira, vai participar de debate com a comunidade acadêmica da Ufrgs no dia 5. Bresser, a convite da administração da Ufrgs, aceitou discutir seu projeto de

Organização Social, que o governo pretende implantar nas universidades públicas. O encontro foi marcado para as 15 horas, no Salão de Atos da Ufrgs. A próxima edição do *Adverso* trará a cobertura completa da atividade.

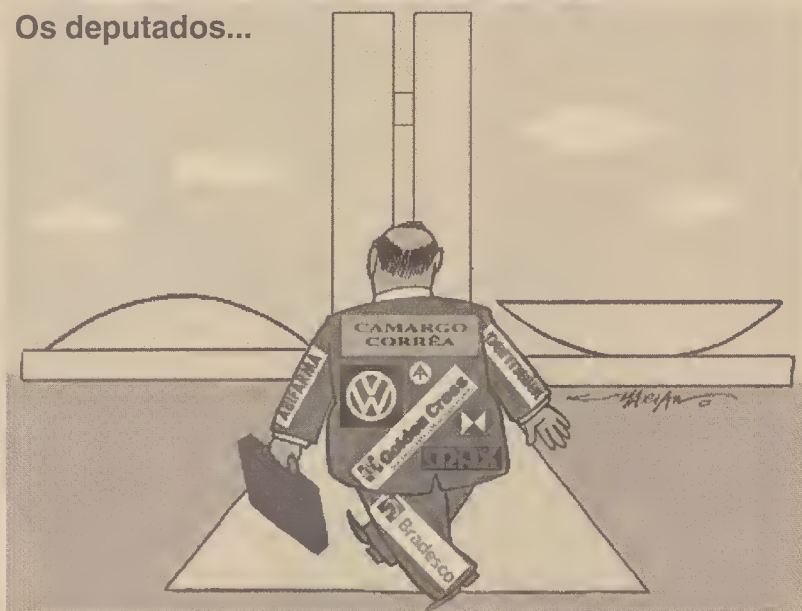
Novos professores

Porto Alegre – A Adufrgs ofereceu um coquetel na sexta-feira, 5, aos novos professores da Ufrgs. Os Docentes, que ingressaram na universidade via concurso público, foram recepcionados pela diretoria da entidade.



ad nauseam

Os deputados...



Mariano/Internet

CARTAS

Parabéns por mais esta iniciativa do *Adverso*! Uma sugestão para publicação: uma lista dos endereços das homepages dos professores que já estão nesta! O que acham?

Abraços,

Zila Bernd / CNPq
(zila@conex.com.br)

Parabéns pela qualidade do *Adverso*.
Renato Zamora / Depto. Genética
(rzflores@if.ufrgs.br)

ADufrgs

Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Seção Sindical da ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 226.2719, 221.4624, 226.1860 e 316.3495
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br Home Page: http://www.adufrgs.org.br

DIRETORIA

Presidente: Renato de Oliveira; **1º Vice-Presidente:** Carlos Schmidt; **2º Vice-Presidente:** Lúcio Hagemann; **1º Secretário:** Eloína Prati dos Santos; **2º Secretário:** Jorge Ducati; **1º Tesoureiro:** Mário Brauner; **2º Tesoureiro:** João Vicente Silva Souza; **1º Suplente:** Benedito Tadeu César; **2º Suplente:** Ricardo Jacobi.

ADVERSO

Publicação quinzenal
Impresso em papel Ecograph

Edição: Silvanio Mariani
Reportagem: James Görden
Estagiárias: Adriene Trinca e Fabrícia Osanai
Tiragem: 3.500 exemplares
Impressão: Grande Sul/Fotoletras



Ética biomédica

Dr. José Goldim

Presidente do Comitê de Ética da Pesquisa - Hospital de Clínica/Ufrgs

Pergunta - Em 1997, completa 50 anos do Tribunal de Nuremberg. Pode-se considerar o Tribunal como ponto de partida (ético e moral) para uma mudança no paradigma das pesquisas biomédicas?

Resposta - O Código de Nuremberg foi publicado, em 19 de agosto de 1947, conjuntamente com a segurança dos réus do Tribunal de Nuremberg II, ou “julgamento dos médicos”, como o mesmo ficou conhecido. Este código foi o primeiro documento de caráter internacional com o objetivo de regulamentar as atividades de pesquisa em seres humanos. Tem sido a base de todos os documentos posteriormente publicados e das leis nacionais propostas com esta mesma finalidade. Não dá contudo, para se dizer que houve uma mudança de paradigma. O código de Nuremberg apenas compendiou uma série de preceitos anteriormente enunciados e já seguidos pelos pesquisadores. A origem dos preceitos utilizados na pesquisa em seres humanos remonta a escola hipocrática. O Corpo Hipocrático estabeleceu as normas morais básicas para o exercício da medicina, e, por conseguinte, de todas as demais profissões de saúde. No século passado Claude Bernard também deu contribuições decisivas para o debate sobre a necessidade de se proteger os indivíduos participantes de projetos de pesquisa. As normas de pesquisa alemãs, propostas em 1901 e aprimoradas em 1931 já continham quase todas as determinações do Código de Nuremberg.

P – Qual é a possibilidade de que efetivamente os códigos de ética atuem como inibidores de crimes cometidos em nome da medicina?

R – A ética não é normativa no sentido de estabelecer as bases de um comportamento correto, esta é a tarefa da Moral. A Ética se preocupa em buscar as justificativas para que uma ação seja considerada correta ou incorreta, adequada ou inadequada. Assim, não é adequado o uso de termo Código de Ética, apesar de sua ampla utilização, para designar um conjunto de regras para o agir correto. O nome mais adequado seria um Código de Conduta. As normas morais contidas neste código tem caráter universal e são de livre adoção, isto é, não são impostas coercivamente ao indivíduo. Muitas vezes estas regras são transformadas em leis, com o sentido de dar obrigatoriedade ao seu cumprimento, porém restringindo a sua aplicação às fronteiras do Estado que as propôs. A reflexão ética sobre a utilização de seres humanos em projetos de pesquisa tem possibilitado um enorme avanço no estabelecimento de padrões morais e de legislações específicas a este respeito. Muito se avançou nos últimos cem anos. Procedimentos que eram comuns, hoje estão completamente banidos da prática da pesquisa. Os grandes documentos internacionais do CIOMS, são seguidos em grande parte dos países do mundo. Porém, mesmo com a existência de leis nacionais estabelecendo limites aos procedimentos científicos que podem ser realizados em seres humanos, muitas pesquisas inadequadas continuam a ser realizadas em grandes centros de pesquisa do mundo. O exemplo mais contundente, talvez tenha sido o Experimento de Tuskegee, realizado por quarenta anos (1932-1972), onde uma população negra norte-americana ficou privada de receber tratamento adequado para sífilis, disponível a partir da década de 1950. Este estudo recebeu verbas federais no governo

norte-americano, foi sediado por diferentes organismos oficiais, sendo que no final, quando ainda estava sendo realizado, era da competência do Centro de Controle de Doenças (CDC) de Atlanta, na Geórgia/EEUU. vale ressaltar que já haviam sido publicados o Código de Nuremberg (1947), a Declaração de Helsinki I (1964) e o próprio Código Norte-Americano de Pesquisas Biomédicas (1966). O clamor da comunidade e, em especial, dos cientistas é que fez com que este “experimento” fosse interrompido, a partir de uma denúncia publicada na imprensa leiga. O importante é manter esta reflexão, é educar os jovens pesquisadores sobre os princípios éticos que devem servir de base à pesquisa em seres humanos, é exigir que todos os projetos sejam analisados por um comitê de Ética em Pesquisa, que tenha independência para apreciar de forma isenta tais propostas.

P - Qual o motivo da predileção pela condenção dos alemães (japoneses não foram julgados pelos crimes na Manchúria, tampouco os italianos pelos cometidos na Etiópia); e qual a legitimidade moral dos vencedores em julgar os derrotados?

R - O Tribunal de Nuremberg sofreu duras restrições desde o início. Inúmeros juristas norte-americanos criticaram a sua instalação e a competência que juizes militares norte-americanos, ingleses, franceses e russos teriam para julgar diferentes pessoas por crimes de guerra. Não que desejassem que as atrocidades cometidas fossem simplesmente esquecidas, mas argumentavam que talvez o mais adequado seria os réus serem julgados por juizes oriundos de países que se mantiveram neutros durante a guerra ou então de alemães não nazistas. O “julgamento dos médicos”, teve início após o encerramento do Tribunal de Nuremberg original. Os norte-americanos insistiram em julgar 23 profissionais de saúde, sendo 20 médicos. Os demais membros da Corte Internacional não aceitaram as ponderações e o caso foi levado adiante apenas com juizes, promotores e advogados norte-americanos. Os réus foram condenados, sendo que sete com a pena de morte, por enforcamento. Vale lembrar que além do Tribunal Militar Internacional e do “julgamento dos médicos” foram realizados em Nuremberg outros onze julgamentos por crimes de guerra, envolvendo juizes, jornalistas, administradores de fábricas, campos de concentração, militares, oficiais paramilitares e funcionários de ministérios. Houve um outro Tribunal Internacional além de Nuremberg. O Tribunal Internacional Militar para o Extremo Oriente funcionou em Tóquio/Japão, a partir de 3 de maio de 1946. Este Tribunal foi presidido por um juiz australiano, com a participação de norte-americanos, ingleses, chineses, soviéticos, canadenses, neozelandeses e filipinos, demorou mais de dois anos, julgando 25 militares, ministros e diplomatas japoneses por crimes de guerra e contra a humanidade. Entre os réus estava o General Hideki Tojo, responsável pelas atrocidades cometidas na Manchuria, que foi executado em 23 de dezembro de 1948. Muitas lições podem ser tiradas de todos estes episódios, mas talvez a mais importante de todas é que a segunda guerra mundial trouxe consigo o fim da utilização dos critérios da “guerra justa”, existentes desde a Idade Média. As guerras, que desde lá vêm se sucedendo, têm tido crescente desrespeito pelos direitos da população civil e um incremento assustador no número de crianças mortas nos conflitos. O importante é tentar construir solidariamente as barreiras contra a guerra e as condições para um convívio pacífico entre as nações.

Brasílianas

Fim do 2º turno para presidente

A eleição de presidentes da República poderá ficar mais fácil. Por 14 votos a quatro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável à proposta de emenda constitucional que acaba com o 2º turno nas eleições de governador e de prefeito e fixa em 45% o percentual de votos necessários para que o candidato à Presidência da República seja eleito em primeiro turno. O texto em vigor prevê maioria absoluta.

Pela proposta aprovada, de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT) e relatada pelo senador Frandelino Pereira (PFL-MG), poderá ainda ser eleito presidente o candidato que obtiver 40% dos votos – não computados, como na hipótese anterior, os em branco e os nulos – desde que a diferença em relação ao segundo colocado seja igual ou superior a 10 pontos percentuais. A matéria irá a plenário, para dois turnos de votação, e, se aprovada, será submetida à Câmara dos Deputados. Como se trata de emenda constitucional, e não de projeto de lei, a proposta não precisa ser aprovada um ano antes do pleito para vigorar nas próximas eleições.

Intermediação de verbas vira proibição

O plenário do Senado aprovou projeto de lei de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que proíbe governos ou empresas federais, estaduais e municipais de contratar serviços de intermediação ou “assessoramento” com vistas à liberação de verbas orçamentárias. O senador disse que sua iniciativa foi inspirada nos resultados da CPI do Orçamento, que detectou vários abusos nessa prática. Conforme a medida aprovada, que será enviada ao exame da Câmara dos Deputados, são vedados todos os atos de gestão que tenham por objeto a contratação ou o pagamento de serviços destinados à prestação de consultoria, assessoramento ou qualquer outra forma de intermediação na liberação de verbas públicas. O servidor público acusado de permitir intermediação de verbas poderá ser processado por improbidade administrativa.

Mistura de nicotina com remédio terá advertência em bula

As bulas dos medicamentos cuja composição sofra efeitos com o uso do cigarro e outros produtos que contenham nicotina deverão trazer, obrigatoriamente, advertência sobre esse fato, conforme determina projeto de lei da Câmara acolhido pela Comissão de Assuntos Sociais. Submetido agora à deliberação do plenário do Senado, o projeto estabelece ainda que as bulas daqueles medicamentos deverão “conter informações suficientes para que o terapeuta, o farmacêutico e o usuário possam fazer os ajustes posológicos necessários”.

Menos verba para Saúde

O governo reduziu em 6,48% as verbas orçamentárias previstas para o Ministério da Saúde em 98 em comparação com o orçamento em vigor. Apesar do crescimento da CPMF, que passa de R\$ 4,7 bilhões líquidos em 97 para R\$ 6,6 bilhões, o Ministério da Saúde perderá R\$ 1,3 bilhão.

Ditos & Pitos

“Aqui tem de tudo. Tem ladrão, tem honesto, tem canalha, tem gente séria. Só não tem bobo”.

– Do deputado mineiro José Bonifácio (1904-1986), referindo-se ao Congresso.

“Fi-lo porque quis. Nunca diria fi-lo porque qui-lo. Seria um erro de português”.

– Jânio Quadro, novembro de 1983.

“Eu sou a nova República”.

– Antônio Carlos Magalhães, então Ministro das Comunicações, em outubro de 1985.

“As crianças dizem o que fazem; os velhos, o que fizeram; os idiotas, o que vão fazer”.

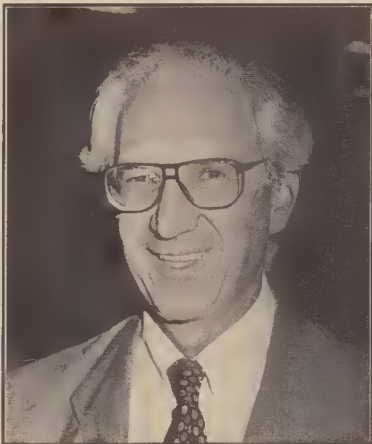
– Barão de Itararé, então candidato a vereador pelo PCB do Rio de Janeiro nas eleições de 1947.

Em fevereiro, inclua Porto Alegre
no seu roteiro de férias

XVII Congresso da ANDES

6 a 12 de fevereiro de 1998

Porto Alegre - RS



Cooperação pelo Desenvolvimento

Deomedes Roque Talini – Coordenador do Centro de Competitividade Fiergs

Com exceção do descobrimento da agricultura, todas as outras grandes ondas do desenvolvimento humano se originaram na união – institucionalizada ou não – de conhecimentos e esforços entre acadêmicos e empreendedores. Foi essa parceria que possibilitou as grandes navegações, a Revolução Industrial e recentemente a informática. A própria Internet, a mais reluzente ferramenta deste novo surto de globalização econômica e cultural

do planeta, se originou na universidade, ganhando a fantástica dimensão atual graças à industrialização de seu suporte.

Entretanto, nem sempre foi assim. A formulação filosófica de Karl Marx, contrária às práticas primordiais da Revolução Industrial, ensejou um muro ideológico, sedimentado por algumas guerras, entre a universidade e a iniciativa privada, o qual perdurou com diferentes intensidades até a véspera deste novo milênio. Percebemos, parece-me, que se em plena terceira onda ainda enfrentamos sérios problemas de desnível social, avançamos muito em expectativa e qualidade de vida – e sempre graças à geração de conhecimen-to, já há

alguns séculos concentrada nas universidades, aliada à sua disseminação em escala industrial.

Aproximando no tempo e no espaço essa cooperação, nenhuma iniciativa me parece mais completa que o projeto Porto Alegre Tecnópole, conduzido em conjunto pelas universidades federais e privadas gaúchas, pelo poder público municipal, pela iniciativa privada, através de seus órgãos representativos, entre eles a Fiergs, sob orientação do governo da França. A “tecnópolis” é antes de tudo a arregimentação de recursos já existentes em uma comunidade, que passam a funcionar interligadamente a fim

de racionalizar as rotinas urbanas e a produtividade de sua economia.

Em princípio, pode parecer algo mais aplicável à França, que historicamente concentra pólos de pesquisa e produção de soluções tecnológicas. Entretanto, cidades brasileiras como Porto Alegre reúnem suficiente massa crítica de universidades – com um dos melhores acervos de mestres e doutores do País – escolas técnicas, centros de tecnologia e pesquisa e uma boa cultura empresarial, aos quais se junta um poder público engajado em melhorar as condições de infra-estrutura. Nesse contexto, é bom frisar que não só as metrópoles podem constituir

tecnópoles, mas também micro-regiões, como no caso do Rio Grande do Sul os pólos de Pelotas-Rio Grande, Santa Maria e a Região da Serra.

Desse ambiente resultará uma cooperação, uma sinergia entre o circuito técnico-universitário e os agentes econômicos, em harmonia com a administração de uma cidade, ou sua infra-estrutura. Lançar essas pontes sobre o fosso que até há pouco vinha separando acadêmicos e empresários significa conjugar a pesquisa pura e a pesquisa aplicada, significa trocar o paradigma do confronto pelo da cooperação, em favor do desenvolvimento, da melhoria da competitividade de todos os setores da sociedade.

A Parceria Universidade-Empresa

Homero Dewes – Coordenador da Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais da Ufrgs

Diariamente, a Ufrgs é procurada por personalidades, comunidades e organizações de toda ordem, tanto na busca dos meios ou recursos que lhes faltam para realizar seus planos e responder às suas necessidades, quanto para pedir apoio, a fim de conquistar legitimação pública para suas iniciativas e posições. A Ufrgs – hoje sempre – tem sido intensamente demandada, pelo seu grande e singular patrimônio físico e de recursos humanos, e por sua autoridade e credibilidade institucionais.

Em particular no momento político-econômico atual, quando as organizações sociais, públicas e privadas sofrem profundas transformações e carências, muito além de ser reconhecida como instituição de educação superior e de pesquisa, a Ufrgs é chamada a atuar como a derradeira instância pública local a que tem a recorrer a sociedade, quer para a formulação e implementação de planos inovadores e complexos, quer para o enfrentamento de grandes desafios e ameaças.

Ironicamente, como se percebe, é no presente cenário de negação do valor das instituições públicas brasileiras – das quais a

Ufrgs é um dos mais valiosos exemplos – é que mais a elas se recorre, é quando mais delas a sociedade depende.

Em regra, este apelo reiterado e crescente encontra no professor universitário a receptividade e reação positiva esperadas, correspondentes à natureza da sua vocação e do seu trabalho e ao caráter de instituição pública da Ufrgs, que tem como fim o servir à sociedade. A espontânea disposição de responder ao chamamento externo, entretanto, não livra o docente do confronto com alguns dilemas e restrições.

Como o tempo dedicado ao ensino é irredutível, o professor-pesquisador tem dificuldade de alocar o tempo disponível para pesquisa no atendimento a compromissos externos. Na medida em que o rendimento na pesquisa científica é o mais importante, senão o único determinante do reconhecimento do pesquisador no seu meio profissional, a opção por servir à ciência, concentrando-se no projeto científico próprio, tende a ter um apelo mais forte do que as necessidades urgentes da sociedade.

Esta lógica, válida no plano da

carreira individual, também se aplica à valorização da própria universidade no mundo das relações acadêmicas e nas esferas da burocracia oficial. Nestes níveis, o prestígio e a importância relativa das universidades são derivados exclusivamente dos indicadores de quantidade e qualidade, referentes às suas atividades de ensino e à pesquisa dos seus docentes. A inserção social da universidade – que pode ser percebida na multitudine das suas contribuições aos órgãos dos governos federal e estadual e às prefeituras dos municípios, nas iniciativas junto às populações carentes, no fomento da cultura e da arte, no suporte às minorias, às organizações políticas, às empresas e às organizações de natureza diversa – não é computada como atributo de excelência institucional, nem tampouco se converte em crédito acadêmico aos seus membros internos.

Ao longo da sua história, a Ufrgs como instituição pública construiu um notável patrimônio de recursos humanos e de equipamentos e instalações, perseguindo o ideal da excelência acadêmica em quase todos os

campos da ciência, a serviço da educação pública gratuita e da expansão das fronteiras do conhecimento. Na sua tradição, o mais caro valor da vida universitária, senão sua mais almejada recompensa, tem sido a liberdade acadêmica: a plena e essencial autonomia do professor de decidir sobre a matéria do seu ensino e da sua pesquisa.

No exercício desta autonomia, muitos docentes da Ufrgs escolheram dedicar parte do seu tempo a programas e projetos de interesse empresarial, de cujas iniciativas individuais emergiram na universidade diversos laboratórios e centros tecnológicos de alto nível, que fizeram a diferença em vários campos da atividade industrial. Assim, ao lado do renome acadêmico, muitos destes professores conquistaram também fora da universidade uma prestigiosa e recompensadora reputação profissional. A história da Ufrgs tem sido rica em contribuições dos seus docentes a muitas empresas gaúchas de vanguarda.

Entretanto, por sua natureza acadêmica, dominante nas décadas recentes, a Ufrgs não cuidou de



Reni Jardim

legitimar e incorporar no seu patrimônio institucional este extraordinário ativo silencioso, que agora é declaradamente reclamado pelas empresas que se iniciam no duro esporte do mercado aberto.

Os novos tempos e as contingências atuais exigem da universidade pública brasileira a disponibilização dos seus recursos institucionais, colocando-os a serviço de todos os setores da sociedade, inclusive das empresas, que são as organizações sociais-chave no nosso modelo econômico. Para potencializar sua capacidade de resposta às oportunidades e desafios, a Ufrgs busca estabelecer uma coordenada articulação institucional interna, que deve ser acompanhada de uma profunda revisão nas convenções do reconhecimento acadêmico e da compensação financeira, tanto do professor-pesquisador como da própria universidade.

A terra por baixo

Há cinco anos atrás, 30 mil pessoas, incluindo mais de uma centena de governantes de Estados, encontraram-se no Rio de Janeiro para discutir o destino do planeta. A Conferência Mundial da Terra era parte de um espetáculo circense, e parte, um processo intergovernamental. Até onde chegaram as expectativas?

Richard Sandbrook

Antes do evento do Rio acontecer, era claro que estavam de um lado a mídia/interesse de grupos (querendo armar um circo) e de outro lado, um processo intergovernamental sério. O primeiro estava sendo conduzido por uma série de atores não-governamentais que poderiam até evidenciar o atual dano ambiental já tão difundido, enquanto que o segundo tinha que negociar um pouco com sua própria autoridade para poder fazer alguma coisa a respeito. O alarde da mídia logo evaporou, assim como muitos daqueles que prontamente expressaram suas opiniões e idéias para a imprensa antes e durante o evento. Uns poucos jornalistas permaneceram e algumas ONGs (Organizações Não-Governamentais). Muitos grupos de interesse participaram do evento inteiro e deixaram claro que em primeiro lugar, o processo governamental não foi algo que eles tenham levado muito a sério. O mesmo pode ser dito de muitos “líderes” políticos que vieram em grande número ao Brasil. Muitas coisas impressionantes foram ditas e algumas poucas promessas comoventes foram feitas. Algumas destas foram seguidas, outras não.

Sem Barganha Aqui

No balanço geral, a Conferência Mundial da Terra de 1992, pode ainda ser vista como um ponto alto do comprometimento político para resolver problemas do meio ambiente e de desenvolvimento. O que falhou realmente, foi a “barganha” que alguns procuraram obter no Rio. Isto foi tão evidente que, em resposta aos questionamentos dos grandes pontos ambientais de debate como a mudança do clima, perda de biodiversidade e desmatamentos, o mundo rico ajudaria a financiar e apoiar com recursos tecnológicos, o desenvolvimento acelerado mas “sustentável” para a América do Sul. A agenda para todos estes pontos foi chamada de Agenda 21, ou melhor, “Agenda para o Século 21”.

Desde então nós temos visto uma recessão global. Em alguns retrospectos financeiros e em ações de governos passados, temos percebido que o desenvolvimento sustentável financeiro para a América do Sul, tem escapado da agenda da Organização para Cooperação Econômica e de Desenvolvimento (OECD). Isto tem tornado difícil a tradução das extensas recomendações da Agenda 21 em opções políticas práticas, exceto na linha de frente doméstica.

Assuntos Específicos

Não se pode dizer que ninguém tenha tentado. Peguemos os europeus como exemplo. Imediatamente após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

(UNCED), na Conferência Mundial realizada em Lisboa, foi adotado pelo Conselho Europeu, um plano de oito itens para serem seguidos, incluindo estratégias de Desenvolvimento Nacional Sustentável, os Princípios Florestais, o Plano Climático e as Biodiversidades.

A Comunidade Européia tem ratificado as Convenções de Biodiversidade e de Clima, e tem sido o maior impulso por detrás do estabelecimento de um Painel Intergovernamental nas Florestas. A Comissão tem também submetido relatórios anuais de progresso à nova Comissão de Desenvolvimento Sustentável.

O mais importante é que o Conselho Ambiental escolheu chamar o 5º Programa de Ação Ambiental da Comunidade, de *Diretrizes Sustentáveis*, um ponto de partida para a implementação da Agenda 21 pela Comunidade e o Membro dos Estados. O Programa tem sido preparado durante o processo da UNCED e agora compartilha muitos outros princípios e objetivos.

Infelizmente a União Européia tem sido incapaz de concordar em assuntos específicos. Estes incluem mecanismos para conceber um auxílio de garantia para a ECU, de aproximadamente três bilhões para a Agenda 21 no Rio, bem como cortes significativos nas emissões de CO².

Após o evento, a Comunidade e Membros dos Estados, com muito esforço, decidiram como encontrar a dita garantia. Algumas questões surgiram, inclusive qual o volume de dinheiro que deveria ser gasto, como tal montante deveria ser dividido entre o EC e os Membros do Estado, qual exatamente a proporção que deveria ter os “Recursos Novos e Adicionais” e por qual período. Todas as tentativas de alcançar um consenso foram em vão e em seu relatório de progresso para a reunião de 5º Aniversário em Nova York, a Comissão evitou mencionar a dita garantia de três bilhões para a ECU. Isto não é surpreendente?

Situação Sem Volta

Desde 1992 a crise das Nações Unidas tem se intensificado. Os Estados Unidos tem se encaminhado para uma situação sem volta, no

qual este tem se tornado em débito com as Nações Unidas – e ainda está, apesar do Presidente Clinton ter feito várias promessas ao Kofi Annan, o novo Secretário-Geral. Tal orçamento, tem sido insistentemente desviado do desenvolvimento para movimentos pacifistas e assistenciais. E cabe às Nações Unidas reduzir tais desperdícios que tem sido um grande obstáculo ao progresso.

Nós devemos esperar que os recentes sinais de que as coisas estão melhorando, ou pelo menos se movendo, sejam mantidos. Mas o ânimo nas Nações Unidas está tão baixo que as pessoas têm a impressão que ninguém realmente se importa ao menos que exista dinheiro na mesa. Desde o Rio, a

aconteceu. A força econômica ainda se encontra no contexto das instituições Bretton Woods e não vê a Comissão (ou talvez até mesmo as Nações Unidas) como algo realmente importante.

Local ou Global

Existem sim, algumas questões verdadeiramente globais como por exemplo as mudanças climáticas, merecendo inclusive negociação internacional. Mas tantas outras mais, tais como desmatamento, são problemas de ordem mundial que merecem ser resolvidos primeiro a nível nacional. O mundo criticou a idéia de dar subsídios no Rio – a importância de atribuir o máximo de responsabilidades a nível local para obter-se uma administração com

resultados mais consistentes. No evento do Rio e um pouco após, o Sistema das Nações Unidas também criticou a possível idéia de que haveria um limite de quanto a América do Norte poderia pagar por uma Agenda concebida em Nova York ou em Geneve. O Rio e a Conferência Social de Copenhagen, foi um expurgo muito necessário de pensamentos “internacionalistas” das décadas de 1960 e 1970, que de alguma forma sobreviveram até os anos 90. Desta forma, conclui-se que o melhor lugar para seguir as instruções da Conferência Mundial da Terra é a nível local. É aí mesmo que se encontram os pontos específicos mais críticos. Tem sido muito importante seguir bem de perto estas diretrizes, particularmente os “Processos da Agenda 21” e as mesas redondas nacionais

para o desenvolvimento sustentável. Existem atualmente, cerca de 60 países com algum tipo de fórum nacional. Enquanto alguns destes processos tem um valor relativa-mente questionável, há ainda muita coisa positiva a relatar. Entretanto, sem dúvida, o concurso internacional de beleza, que foi o Rio, institucionalizou o CSD, que agiu como estímulo ao progresso.

Entretanto, o real obstáculo ao progresso está voltado ao tema que permeou todo o evento do Rio – “capacidades”. Existem muitos planos para aumentar as capacidades, mas não há, efetivamente, capacidades para realizar tais planos. Existem Convenções para mobilizar recursos, mas não há recursos para mobilizar as Convenções. E enquan-

to um certo planejamento é necessário, tudo nos últimos cinco anos não tem passado do estágio do planejamento. Muito de tudo isso, não passa de mero descaso de uma organização ou de outra. Parte reflete a precipitação ocorrida nas décadas de 1970 e 1980 para realização de acordos ambientais internacionais imediatistas. Esta foi uma maneira de obscurecer o poder do interesse comum positivo, mas não leva a lugar algum, se os benefícios anteriormente recebidos não forem devidamente compensados, ou se os custos incorridos não tiverem seu devido retorno. Muitos na América do Sul defendem a idéia de que sem recursos adicionais para as necessidades domésticas – não apenas como um incremento “global” mas como a Facilidade Global de Meio Ambiente (GEF) específica – as suas capacidades não estariam a altura da dimensão das tarefas.

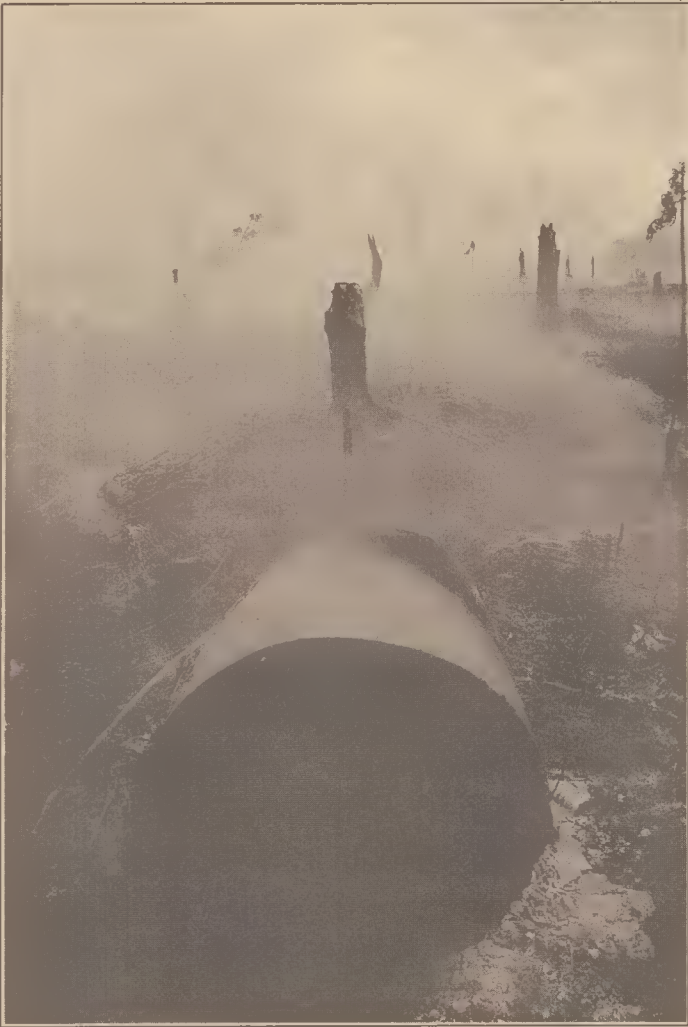
Outro ponto positivo, causado pela Conferência Mundial da Terra foi no setor privado. O Conselho de Negócios Mundiais para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), outra “criança” no Rio, está começando a encorajar uma mudança entre os líderes de corporações. Seu recente estudo do mercado de capitais e sustentabilidade, e o estudo do setor da indústria do papel (IIED) estão concentrados nos impactos sociais e ambientais do setor privado a longo prazo. Mas o que é realmente significativo sobre ambos, é a maneira como argumentam os negócios positivos a longo prazo, em oposto ao imediatismo até então praticado.

Dada a globalização, abriu-se uma importante brecha a ser preenchida, que é a necessidade por fortes instituições de equilíbrio entre as organizações econômicas e comerciais – exemplo: a família Bretton Woods. A abertura comercial e o ajuste estrutural estão fadados ao fracasso, sem um devido equilíbrio entre as questões sociais, ambientais e de justiça. Muitos países estão trabalhando este tão necessário senso de equilíbrio também. Mas a nível internacional, tudo o que temos são instituições fracas e quase falidas. Somente o governo pode frear esta deterioração iminente. A outra maior prioridade, é uma maior capacidade conjunta de construção e realização. Os poucos exemplos dados, servem para mostrar que o evento do Rio, não foi um completo desperdício de tempo. Gradualmente, com o stress do impacto ambiental sobre as economias públicas e privadas, as coisas mudarão. Mas será que já não é um pouco tarde para isto?

Quem pode dizer?

Richard Sandbrook é diretor-executivo do Instituto Internacional para o Ambiente e Desenvolvimento. Este artigo, do qual foram extraídos trechos, foi publicado na íntegra na edição de junho de 97 da Revista World Today.

Marcos Santilli - Coleção Pirelli/Masp



coordenação inter-agência das Nações Unidas para o meio ambiente, através de força tarefa atuante, tem melhorado, apesar de que os exatos papéis do Programa de Energia das Nações Unidas (UNEP), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) e a Comissão para Desenvolvimento Sustentável (CSD), ainda parecerem totalmente confusos. O processo na CSD também tem obtido sucesso limitado até onde tem sido metodicamente seguido pela Agenda 21, em termos de prioridade dos temas, e o relatório nacional. Mas este progresso se refere apenas ao meio ambiente.

A desejada integração do meio ambiente em um sistema de “desenvolvimento sustentável” não

Estados Unidos lucram com briga por poder no Cone Sul

Com o apoio explícito do presidente Bill Clinton, a Argentina ganha fôlego para enfrentar o Brasil na concorrência pela liderança no Mercosul e na disputa por uma das vagas no novo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). A briga, que lembra os embates em Copa do Mundo, pode trazer prejuízos para todo o continente e apenas fortalecer a hegemonia norte-americana.

James Gørgen

Correndo o risco de parecer conversa de país anti-imperialista nos anos 60 e comprometer o Mercado Comum do Sul (Mercosul), nas últimas semanas o Brasil deixou clara sua posição sobre as benesses que tornaram a Argentina parceira estratégica dos Estados Unidos fora do eixo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). A fronteira diplomática entre as duas nações é tão tênue que uma única declaração norte-americana foi suficiente para desencadear um conflito internacional. Para completar, o presidente Carlos Menem declarou-se contra a presença permanentedo Brasil em uma das vagas que serão abertas no Conselho de Segurança da ONU.

Parece simples entender as razões do presidente argentino em provocar o Brasil para um desafio digno de Copa do Mundo. Com eleições legislativas marcadas para 26 de outubro, Carlos Menem precisa ganhar força dentro de seu território, eleger uma base governista e garantir sua re-eleição em 1999.

Ao mesmo tempo, o professor de Direito Constitucional da PUC/RS, Sérgio Borja acredita que os comerciantes do Prata estavam com a medida provisória 1.569 e duas resoluções baixadas pelo Banco Central entaladas na garganta. Este conjunto de normas estabeleceu barreiras alfandegárias às exportações argentinas ao Brasil. Qualquer tipo de vingança, portanto, seria bem-vinda. Some-se a isso uma inimizade histórica que iniciou com o Império português conquistando boa parte do território da coroa espanhola no início do século passado e tem-se uma pequena batalha, que atualmente é travada entre burocratas nas salas de reuniões, encontros e conferências internacionais.

Estes podem ser os motivos da Argentina. Para entender o que levaram os Estados Unidos a colocar lenha na fogueira, e sair sem uma chamuscada da peleia, os especialistas se voltam aos números. O vice-presidente da Associação de Empresas Brasileiras para Integração do Mercosul (Adebim), Michel Alaby, garante que de 90 a 95 a expansão do Mercosul foi de 255%.

De 1991 a 1996, os negócios no Mercosul pularam de US\$ 5 bilhões para cerca de US\$ 15 bilhões. A expansão extra, ou o comércio do bloco com o exterior cresceu 80%. Enquanto isso, a União Européia aumentou apenas 32% suas exportações e o Nafta, o Mercosul ianque, cresceu somente 21%.

Segundo a diretora do Centro de Estudos

Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ufrgs, professora Maria Susana Soares, antes de naufragar na liderança de um mercado comum, os americanos precisam criar outro Nafta e fincar sua bandeira hegemônica numa solução que possa abrir caminho para escoar a produção de um dos maiores parques industriais do mundo.

A alternativa atende pelo nome de Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Por tersido gerada em laboratório, a aliança cheira à maquiagem política e vem reunindo poucos adeptos. "Os EUA sentiram que a Alca não vai avançar no ritmo que eles planejam", analisa a professora.

Nem uma nem duas vezes, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, declarou que antes de o Brasil entrar para a Alca seria preciso discutir a redução de tarifas de produtos nacionais vendidos aos EUA. "O que está incomodando os Estados Unidos em relação ao Mercosul é a liderança comercial que o Brasil está assumindo e pode dar trabalho aos americanos lá na frente", diz o diretor-geral do banco argentino Rio de La Plata, Manoel Andrade Rebello Neto. "É por isso que enquanto os dois países brigam, os EUA se beneficiam", avalia Borja.

Pode ser isso e mais um pouco. Além da liderança comercial, os EUA precisam manter o status de nação hegemônica militar para garantir o livre comércio de mercadorias. Mesmo que a Alca não vingue, o perigo de uma desestabilização institucional na América Latina pode ser um golpe forte na caixa registradora americana. Quando não pode vencer pela diplomacia, a manutenção de apoios militares estratégicos costuma ser comprado com presentes e afagos. No final de agosto, enquanto a Argentina ganhou o título de aliada militar, o Chile recebeu mais de US\$ 1 bilhão sob a forma de armamentos.

O lucro dos Estados Unidos só não foi melhor e o desastre para o Mercosul, maior porque o Brasil percebeu as intenções norte-americanas logo de início. Enquanto Menem vociferava contra a presunção brasileira de se autoproclamar candidato natural à vaga no Conselho de Segurança da ONU, Fernando Henrique Cardoso tratava o episódio com ironia fina e objetividade, apesar de mostrar que a briga pela cadeira vai longe. "Não queremos ter relações carnais com ninguém", afirmou. Resta saber se a unidade da América Latina resiste ao assédio dos EUA, que mesmo não sendo carnal pode deixar traumas.



Os pesos pesados da América do Sul



Conselho de Segurança da ONU

Hoje	Amanhã
Formada no final da 2ª Guerra Mundial por Estados Unidos, Rússia, China, Inglaterra e França (os cinco países que comandaram a vitória sobre o Eixo), esta esfera de decisão da ONU delibera sobre qualquer intervenção militar no Planeta. Cada membro do Conselho de Segurança possui poder de veto sobre as definições. Na prática, nenhuma medida pode ser tomada sem a concordância dos cinco grandes. Durante a guerra fria, Estados Unidos e a então União Soviética usaram o direito de veto para paralisar o funcionamento da ONU. Com a queda do Muro de Berlim, o CS voltou a operar de forma hegemônica. Entre 93 e 94, foram mais de 800 resoluções. Neste período, mais de 70 mil soldados sob supervisão da ONU foram enviados a conflitos na Somália, Bósnia, Angola e Moçambique.	Neste mês, os 185 países membros das Nações Unidas começam a discutir a primeira reforma da ONU. Será a mais importante mudança ocorrida na instituição em seus 52 anos de atividade. Para se concretizarem, no entanto, as alterações terão que ser aceitas por 2/3 dos componentes da Assembleia, que escolherão os novos representantes do Conselho de Segurança. O mesmo quórum será necessário para acatar a indicação. Os cinco membros permanentes no CS poderão vetar a entrada de algum país, mesmo que ele tenha sido eleito por maioria.
Ao lado dos cinco membros permanentes, atuam 10 países como representantes temporários, com mandato de dois anos. O Brasil já integrou o CS como convidado em sete ocasiões. A última foi entre 93 e 94. Em janeiro de 98, o Brasil ocupará um assento temporário pela 8ª vez. Por coincidência, durante o ano todo um embaixador brasileiro estará sentado ao lado de um argentino. A Argentina ocupa a segunda vaga não permanente do Conselho pelo biênio 97/98.	O Brasil sonha com uma entre as muitas propostas em discussão: a ampliação das cinco vagas para 10 nas cadeiras permanentes e de 10 para 15 nas temporárias. Antes das declarações do presidente argentino, Carlos Menem, e da reunião do Grupo do Rio, no final de agosto, era consenso que um assento ficaria com o Japão, outro com a Alemanha e os outros três seriam divididos, de forma fixa ou rotativa (opção argentina), entre América Latina, Ásia e África. Com os desentendimentos diplomáticos, surgiu uma nova opção que pode comportar também o México. Tanto Brasil quanto Argentina entendem que as Américas merecem duas ou três vagas permanentes no Conselho.

Integração não vai além da economia

Mercado Comum do Sul talvez não fosse o melhor nome para definir o Mercosul. Com tantos conflitos regionais e econômicos envolvendo os gigantes Brasil e Argentina é incomum pensar que quatro nações (some-se Uruguai e Paraguai) pudessem formar um bloco único com interesses supranacionais. Para alguns especialistas, não existe acordo econômico que supere a falta de afinidade em outros campos. "O que existe é um processo de cooperação intergovernamental e não de integração", garante a diretora do Centro de Estudos Sociais do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Ufrgs, professora Maria Susana Soares.

Por enquanto, poucos acreditam que o Mercosul irá abandonar o eixo econômico e deslanchar também para uma unificação social e institucional. A Argentina e o Paraguai parecem querer. Brasil e Uruguai se opõem. A Constituição destes dois países mantém dispositivos que não reconhecem nenhuma instância de poder que esteja acima de sua própria soberania. "Na teoria, eu preferia ser um cidadão do mundo, mas o ser humano não está preparado para isso", diz o professor de Direito Constitucional da PUC/RS, Sérgio Borja. "Manter o Estado Nacional é a única forma de aferição da vontade do povo soberano", defende.

Este é um dos trunfos da União Européia. Ao abrir mão de interesses hegemônicos mantendo a soberania, as 15 nações que formam o bloco criaram uma esfera supranacional de decisão com direito a Conselho de Ministros e Parlamento, sediados em Bruxelas, capital da Bélgica.

Diplomaticamente, o Brasil continua definindo o Mercosul como uma bicicleta com duas rodas grandes e outras menores (Uruguai e Paraguai), que dão apoio indispensável. Efetivamente, a briga é isolada

entre os países que iniciaram as negociações rumo à cooperação. "O máximo que nós iremos conseguir até que o Brasil concorde em criar instituições supranacionais é a união aduaneira com uma tarifa interna comum", observa Susana Soares.

O que os dois governos não admitem, dizem os analistas, é que a integração econômica nasceu da necessidade. Com a crise dos anos 80, os países pobres foram obrigados a negociar pactos. "Antes de 86, Brasil e Argentina não tomavam conhecimento um do outro", lembra a professora.

Ao se voltarem para seus problemas comuns, os países do Prata encontraram formas de se ajudarem. "Nós incomodamos os Estados Unidos porque usamos a globalização para fazer um Mercosul formiga, com encontro dos povos", analisa Borja. Não é demais lembrar que a União Européia demorou 40 anos para chegar aonde está.



Reuniões intergovernamentais não consolidam união supranacional entre os 4 países

Em busca do Mercado Comum

- 1960 – Associação Latino-americana de Livre Comércio (Alalc)
- 1980 – Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)
- 1985 – Declaração de Iguazú
- 1986 – Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento
- 1990 – Ata de Buenos Aires
- 1991 – Tratado de Assunção
- 1994 – Protocolo de Ouro Preto

Reforma pode esquecer áreas sociais

São 185 homens e mulheres. Em setembro, quando eles sentarem nas cadeiras dos países que representam na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para a reformulação do que foi acordado em 1945, terão de lembrar que nunca houve uma mudança tão significativa na estrutura do órgão. Responsável em zelar pela paz mundial e o equilíbrio entre as nações, a ONU não vem cumprindo seu papel como deveria. Na disputa por uma cadeira no novo Conselho de Segurança, Brasil, Argentina e muitos outros países parecem ter esquecido que não será somente o destino militar do globo que estará em jogo. Para muitos críticos do atual sistema, esta foi a brecha aberta para que os chamados países emergentes do Sul possam realmente chegar mais perto de seus primos ricos do Hemisfério Norte.

Pode parecer que este assunto diga respeito apenas às altas esferas de poder do governo. Puro engano. Com o fim da guerra fria e o pipocar de dezenas de conflitos étnicos regionais, o caráter preventivo e intervencionista do Conselho de Segurança da ONU ganhou ainda mais força e as ações de caráter social ficaram de fora da pauta. Por consequência, câmaras especializadas como a FAO (alimentação), Unesco (educação e cultura) e a Unicef (infância), que influenciam diretamente na rotina dos povos, a cada dia pesam menos no orçamento e nas decisões da

Assembleia Geral. "Em 52 anos de existência, a ONU não conseguiu acabar com o fosso que separa os países industrializados dos demais", avalia o professor Ricardo Seitenfus, coordenador do mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Para o professor, a reforma da Carta da ONU é um bom momento para que se desperte esta demanda entre os países membros. "O interesse do Brasil e da Argentina deveria ser buscar uma ONU que acentue a cooperação internacional nas áreas econômica e social", defende.

Desconectado da realidade, o projeto de reforma proposto pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, sugere apenas cortes de pessoal e algumas alterações administrativas e organizacionais na Secretaria, nos programas e nos fundos das Nações Unidas. Fortes incentivos em intervenções para acabar com a fome, o desemprego, e o analfabetismo mundiais não são preocupações de Annan. "Estas medidas obedecem ao propósito de renovar a confiança dos Estados Membros na pertinência e eficácia da Organização e reativar o espírito e o empenho de seu pessoal", anuncia o secretário. "Ao defender esta reforma político-administrativa, o governo brasileiro está apenas referendando uma mudança já definida", entende Seitenfus. Um olho nas reformas sociais, o outro no

Conselho de Segurança. Para o professor da UFSM, o Brasil deveria discutir que tipo de participação um país da América Latina, da África ou da Ásia teria nesta câmara uma vez que os Estados Unidos concordaram com sua ampliação, mas se opõem que os novos integrantes recebam poder de veto no Conselho. Apesar de não ser unânime, esta posição é forte. Na prática, as nações que ingressarem por este sistema terão de rachar os custos de financiamento das operações de paz, por exemplo, mas não o poder real de decisão. "Ou seja, dá-se o ônus, jamais o bônus, da participação", ressalta Seitenfus.



Soluções para a fome e a miséria do mundo não fazem partes das prioridades

Neste universo virtual, a política sindical encontrou espaço para suas idéias e convicções. Além disso, a rede se tornou uma inesgotável fonte de informação para fortalecer o movimento. Os sindicatos têm

Na homepage do Movimento Sindical é possível encontrar links para diversas outros sites ligados ao sindicalismo em

textos para publicação no jornal Adverso, solicitação de professores associados, jornais, como o da Sociedade

A página do Sindicato dos Professores fornece acesso ao jornal Extra Classe, ao Boletim da entidade, e também um link destinado a informações jurídicas da categoria.

8 - Jornal ADverso

Governo tenta apressar votação da Reforma

Estratégia do Executivo é fazer com que alterações na Previdência sejam aprovadas antes do início do ano eleitoral

Uma batalha entre o governo e os servidores públicos continua sendo travada nos corredores do Senado. Descontente com a tramitação da Reforma da Previdência, que recebeu três emendas garantindo aos atuais aposentados a paridade entre ativos e inativos e a integralidade do vencimento dos pensionistas, o Executivo trata agora de apressar a votação em Plenário. A estratégia é fazer com que o texto volte à Câmara dos Deputados antes do ano eleitoral para que o governo consiga incluir emendas que suprimam os avanços da classe. "A idéia das oposições é rolar com a barriga para que a proposta seja apreciada na Câmara somente em 98", explica o coordenador do Grupo de Trabalho de Aposentados da Adufrgs, Lúcio Hagemann, que vem participando das negociações. Como em ano eleitoral não se vota matéria polêmica no Congresso, a esquerda teria mais tempo para conservar os dispositivos conquistados até o momento. Depois de passar no Plenário do Senado para mais duas votações, a PEC voltará a ser

apreciada em segundo turno pela Câmara.

Enviada ao Plenário depois de ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, muita gente pensava que a emenda de autoria do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 33 seria derrubada. Os senadores apresentaram 49 sugestões de alteração. Para surpresa geral, do total de emendas apresentadas em Plenário, 35 foram rejeitadas no voto do relator da Comissão de Constituição e Justiça, senador Beni Veras (PSDB-CE), que pertence à base de sustentação do governo. Em sua avaliação, o parlamentar acolheu integralmente apenas quatro emendas, que garantem benefícios aos magistrados. Outras 10 foram acolhidas parcialmente. O parecer de Veras foi publicado na edição do dia 26 de agosto do Diário Oficial da União. "Em Brasília, corre à boca pequena que o relator ainda estaria recebendo pressões para alterar seu voto em troca de uma vaga no Tribunal de Contas da União", revela Hagemann.



Antes de voltar para a Câmara (foto), PEC passará por duas votações no Senado

Fotos: Cacalos Garrastazu

PEC nº 33

(substitutivo) de 1996

49 emendas apresentadas em Plenário

Voto do relator, senador Beni Veras:

35 rejeitadas

10 acolhidas parcialmente

4 acolhidas integralmente

12 emendas de redação (adequação do texto do substitutivo)

Senado voltará a analisar emenda

No dia 3 de setembro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado concluiu a votação da Reforma da Previdência. Dentro de uma semana, a contar daquela data, a matéria será encaminhada para apreciação do Plenário. Durante a apreciação das emendas de plenário destacadas para votação em separado, a CCJ estabeleceu, por maioria de votos e com a concordância do relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), que a aposentadoria dos magistrados obedecerá às mesmas regras definidas para a aposentadoria do servidor público civil – retirando expressão que poderia abrir espaço para a concessão de privilégios a juízes e desembargadores. O relator aceitou sugestão do senador Roberto Freire (PPS-PE) e incorporou ao seu substitutivo, com a concordância da comissão, texto segundo o qual a Previdência Social atenderá, nos termos da lei, além de outros itens, à cobertura dos eventos de doença, invalidez e morte resultantes de acidentes de trabalho.

A CCJ rejeitou, também por maioria de votos, duas emendas destacadas pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Dutra pretendia permitir ao trabalhador de menor renda – que, em geral, começa a trabalhar muito jovem, enfrenta maiores desgastes no exercício de sua profissão e tem uma expectativa de vida menor – aposentar-se mais cedo.

Movimento homenageia Barbalho

O principal homenageado do Encontro Nacional do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), realizado em Belém do Pará no final de agosto, foi o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Depois de ter uma emenda à Reforma da Previdência acolhida pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, o parlamentar virou herói entre os aposentados brasileiros. Os dispositivos de autoria do senador, aprovados parcialmente, garantiram a isonomia de vencimentos entre servidores ativos e inativos e também a integralidade dos benefícios de pensionistas.

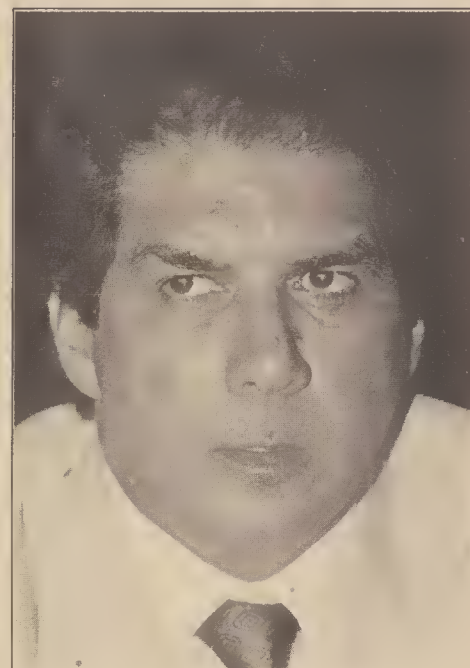
Ex-governador do Pará, Barbalho foi muito aplaudido pela platéia ao afirmar que irá continuar lutando pelos direitos conquistados até o momento. A queda-de-braço entre governo e oposição diz respeito aos parágrafos IV e V do artigo 40 da Constituição Federal. O substitutivo apresentado pelo relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 33, senador Beni Veras (PSDB-CE), tentou retirar estes dispositivos da Carta. Com a emenda de Barbalho, a CCJ acabou aprovando um texto

semelhante às alterações realizadas na Câmara.

Nem só de homenagens foi o Encontro Nacional do Mosap. Na primeira parte do evento, representantes das mais de 700 entidades filiadas ao movimento fizeram uma ampla análise da tramitação e do conteúdo da Reforma da Previdência. Constituído com o objetivo específico de acompanhar as reformas Administrativa e da Previdência, o Mosap trabalha em Brasília e também junto aos Estados, tentando conscientizar aposentados e pensionistas na luta pela garantia de vários direitos constitucionais.

Todas as quartas-feiras, o Mosap reúne-se no 24º andar do Senado para praticar a pressão política que consideram saudável. Seus militantes distribuem boletins e correspondências nos gabinetes de parlamentares, elaboram dossiês com documentos e notas técnicas que criticam ou analisam as emendas apresentadas.

Participante do Encontro em Belém, o professor Lúcio Hagemann, coordenador do Grupo de Trabalho de Aposentados da Adufrgs, tem dúvidas sobre a continuidade do trabalho do movimento. Com a aprovação das reformas, o Mosap está previsto para ser



Em seu discurso, Jader Barbalho prometeu continuar defendendo a manutenção dos direitos dos aposentados brasileiros

desmontado. "Dificilmente a extinção do Mosap vai ocorrer porque alguém vai querer empunhar esta bandeira, politizando o movimento", alerta Hagemann.

Salários nas federais

Docentes aprovam reformulação de tabela

Os professores da Ufrgs decidiram aceitar a proposta apresentada pela diretoria da Adufrgs para recuperação salarial da categoria. A decisão foi tomada no último dia 4 em assembleia geral. De acordo com a proposta aprovada, a estratégia para negociação com o MEC será baseada em projeto de reestruturação das tabelas salariais dos professores das universidades federais. Três eixos compõem a proposta: criação de gratificação por atividade de docência na graduação (discute-se valor de 5% sobre hora/aula, com limite de 16 horas semanais); aumento da Gratificação por Dedicção Exclusiva dos atuais 55% para 70%; e aumento de percentual para titulação (40% para mestrado e 70% para doutorado).

Segundo o professor Carlos Schmidt, vice-presidente da Adufrgs, essa estratégia beneficia todos os docentes, com reajustes diferenciados, sem alterar os valores da GAE e do piso salarial, "que poderia ser rejeitado pelo governo para evitar um efeito cascata em outros setores do funcionalismo". A diretoria da Adufrgs acredita que o MEC pode encaminhar uma solução para a questão salarial antes do final de 97, na medida em que prefere evitar um confronto em janeiro, quando o funcionalismo público tem sua data-base.

Durante a assembleia dos professores da Ufrgs uma constatação foi unânime: o baixo quórum numa matéria de interesse de todos os professores da Universidade.

O que pode mudar

1 Criação de gratificação por docência na graduação (5% sobre hora/aula).

2 Dedicção Exclusiva passa de 55% para 70%.

3 Gratificação por titulação muda
- mestrado passa para 40%
- doutorado passa para 70%

Obs.: Essa proposta é apenas uma referência, e deve ainda ser apreciada em nível nacional

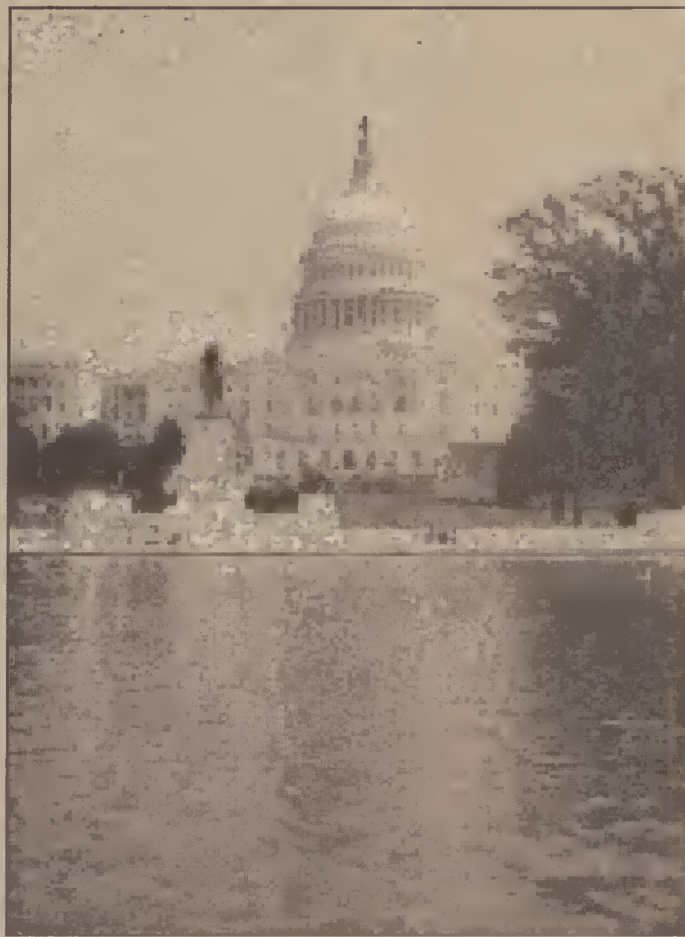
O Canal 33

Sérgio Jockymann

Confesso a vocês que eu não sintonizava o Canal 33, da Net, até o mês passado. Liguei uma vez e agüentei por três minutos uma deputada americana dizer, muito séria, que o que faltava à América Latina era Jesus Cristo. Quando vi que todos a volta de mesa concordam com ela, pensei que havia esbarrado com um programa religioso e mudei de canal. Como tenho uns hábitos meio danados, volta e meia, quando estou no meio de um trabalho, deito às dez e estou novamente de pé a uma. Sempre tento resistir ao computador, recorrendo a televisão. Uma vez por mês, sou premiado com um desses filmes que as revistas chamam de artísticos e que as emissoras empurram para a madrugada, certas de que eles repetirão na televisão, o fracasso que tiveram no cinema. Foi com a esperança de encontrar mais uma dessas raridades que trombei com o Canal 33. Todas as engenhocas eletrônicas tem vida própria nas minhas mãos. Eu apertei 35, mas o decodificador me deu 33. Antes que eu conseguisse apertar uma nova tecla, alguém na telinha falou Brasil, com um zê americanamente

rascante e ganhou a minha atenção.

Não me lembro se eu li ou se me disseram que o 33 é um canal do Congresso americano. Não sei se é, o que sei é que há sempre um deputado ou senador discutindo os problemas do mundo. Fiquei atento para saber aonde entrávamos na discussão. Um minuto depois o mediador me avisava, que eu estava em companhia de um grupo de em-presários e deputados americanos, empenhados em ajudar a América Latina. Acomodei melhores traves-seiros e me preparei para ouvir o que deveríamos fazer para ganhar o céu. Havia uma paternal unanimidade entre eles. Primeiro, tínhamos que aprender a



economizar. Sim, senhores, nossa poupança deixava muito a desejar e se continuássemos assim jamais

mais úteis às empresas americanas, como novas usinas, novas estradas e novos portos. Esperei que o Rio

entraríamos no primeiro mundo. Ninguém falou no osso salário mínimo. Depois, tínhamos que acabar com os direitos trabalhistas, porque nos Estados Unidos não existia nada daquilo e ninguém havia reclamado. Também não disseram que somente os agentes da Pinkerton aleijaram 40 mil reclamantes na década de 20. Em terceiro lugar, tínhamos que privatizar tudo porque, como todos os americanos sabiam, o estado era um péssimo administrador.

Em quarto lugar tínhamos que reduzir o funcionalismo a metade, para poder aplicar o dinheiro do Governo, em coisas

Grande do Sul fosse citado como exemplo, mas como os americanos são ingratos, os favores que a GM recebeu não foram nem mencionados. Mas de um modo geral, tanto os deputados quanto os empresários concordaram que somente concedendo novos favores, é que nós Latino-americanos poderíamos atrair os investimentos americanos e resolver o nosso problema de desemprego. Os impostos, sugeriu um deputado, deveriam baixar na medida em que o número de empregados das empresas aumentasse.

Mas na medida em que o debate dos americanos ficava parecido com as arengas sociológicas do Fernando Henrique, começou a me dar sono e troquei de canal. No entanto para quem sabe inglês e se interessa pelo futuro do Brasil (assim com zê) eu recomendo o Canal 33. Quem não sabe inglês pode esperar pela tradução do Fernando Henrique que, como ficou provado nos últimos três anos, é muito fiel ao original.

Jornalista

Universidades em debate: torre de marfim ou de babel?

Hélgio Trindade

As recentes manifestações de autoridades políticas e educacionais sobre as universidades, em ampla matéria publicada na FSP, é uma significativa amostra da pobreza - para não dizer indigência - do debate atual. O significado inequívoco da demissão do filósofo José Arthur Gianotti, do Conselho Nacional de Educação (CNE), deveria, no mínimo, ter um papel pedagógico. Mas o que se constata - é um amálgama de concepções equivocadas sobre a própria idéia de universidade, interesses mercadológicos subjacentes e, pairando por cima de tudo, a omissão estratégica do governo

A divisão interna do novo Conselho que substituiu o antigo Conselho Federal de Educação - corajosamente fechado pelo então Ministro da Educação, Prof. Murílio de Avelar Hingel por práticas de clientelismo e corrupção - é não apenas mais um exemplo da força do poderoso lobby das instituições privadas, viabilizando a criação de uma nova "universidade" em São Paulo, mas um revelador da "lenta e segura" estratégia do governo em matéria de ensino superior.

A ausência de uma política clara para o ensino superior, desde o final

dos governos militares e, especialmente, na atual "república dos professores", está no centro da estratégia governamental e fazendo com que se perca no baú da história a tradição brasileira em que as universidades resultavam de projetos que respondiam a desafios nacionais ou regionais. A Universidade Técnica de Porto Alegre, na década de 20 concebida a partir da visão dos positivistas. A Universidade de São Paulo que ser tornou a matriz de referência dos anos 30. A Universidade de Brasília que respondeu, em grande medida, aos ideais do movimento da reforma universitária dos anos 60. E, a experiência inovadora da Unicamp, com uma forte ênfase em pós-graduação.

Com a ditadura militar, haverá uma mudança importante no padrão de desenvolvimento das universidades. Profissionaliza-se o sistema federal com a implantação do tempo integral, qualificando-o com ambiciosa política de pós-graduação. Democratiza-se o acesso ao terceiro grau através do ensino

superior pago, que de uma situação minoritária (40% nos anos 60) passa para a hegemonia atual (75% das matrículas). Esse processo de "privatização" da educação superior, ocorrido no Brasil nos ultimas três décadas, não tem nenhuma identidade com o processo de institucionalização das universidades privadas nos Estados Unidos, sempre tomadas como exemplo, porque, desde suas origens, buscaram no modelo inglês e, mais tarde, alemão, projetos de constituição de universidades de

pesquisa de alto nível.

O governo está finalmente explicitando sua macro-política para o ensino superior. Congelar o desenvolvimento do ensino federal publico mantendo-o no patamar atual (25% das matrículas, embora ainda produzindo 90% da pesquisa científica e tecnológica), no qual uma dezena de universidades serão preservadas como instituições de ensino e pesquisa, de nível internacional, e o grupo majoritário restante entrará no mercado competitivo do ensino superior em função de sua vocação regional. Todos dentro da proposta da "autonomia plena", nos termos do projeto de emenda constitucional (PEC-370) que tramita atualmente na Câmara de Deputados. Paralelamente, qualificar, progressivamente, as instituições privadas para continuarem a tarefa, iniciada na ditadura, de expandir o sistema de educação superior. O próprio "provão", justificado como um instrumento de controle dos cursos profissionais, por não ter o MEC interferido, ao

menos exemplarmente, no baixo nível do ensino de muitas "empresas" universitárias, vai se tornar, a médio prazo, um avalizador do marketing mercadológico das mesmas..

O recente episódio que resultou na demissão de Gianotti é um indicador claro da estratégia que se explicita: romper com o modelo único de universidade, especializá-las em pesquisa ou em ensino, desde que cumprido o requisito mínimo de um terço do corpo docente qualificado. O ministro foi transparente em sua entrevista: deve haver "algumas universidades de tradição mais européia, que se dediquem mais a pesquisa", e acrescenta, "mas devemos pensar que existem instituições que vão oferecer só ensino" Eis a questão de fundo que levou a crise do Conselho Nacional de Educação: a ausência de um projeto de universidade que responda aos desafios da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, que corresponda aos padrões internacionais da instituição universitário, poderá levar o ensino superior brasileiro a uma "babel" conceitual.

Professor Titular de Ciência Política e ex-Reitor da UFRGS. Atualmente Visiting-scholar da Universidade de Stanford.



O Gauchismo

Sandra Pesavento

O gaúcho todos sabem quem é, e qualquer criancinha do primeiro grau saberia descrevê-lo, tal como ele é amplamente divulgado nos livros escolares, na imprensa e nos meios de comunicação em geral. Personagem emblemático, foi capaz de, numa campanha publicitária, vencer o pôr do sol e a chaminé do Gasômetro, ocupando a destacada posição de símbolo da capital gaúcha. E lá está ele, à entrada da cidade, enfrentando os aviões que aterrissam e os caminhões e carros que chegam pela BR: camisa aberta ao peito, laço na mão, peso do corpo descansado sobre uma das pernas, com o olhar à frente, a desafiar o horizonte, na estrada que conduz ao “resto do Brasil”... Mas nós, “os do Sul”, sabemos que este Laçador contém em si um padrão de referência mais amplo. Trata-se do gauchismo, marco identitário que faz parte do imaginário coletivo, ou seja, desta capacidade da imaginação de representar o mundo e de expressá-lo por discursos, imagens, ritos, crenças. Construção social, historicamente urdida, no entrelaçamento do “acontecido” e do “inventado”, a identidade regional tem um forte apelo de sedução, que tem resistido às mais sérias críticas. Tradição inventada, construção fantasiosa de um passado que jamais teria existido daquela forma, ideal tipo de feito heróico que homogeneiza padrões e apaga diferenças, ardilosa forma de

compensar frustrações históricas, criando uma gostosa sensação de pertencimento a algo positivo e admirado, veículo maquiavélico de uma postura ideológica conservadora que visa ignorar os conflitos sociais, etc,



etc... Muitas páginas têm sido escritas (inclusive minhas) sobre este tema controverso e, por que não dizer, fascinante. Ao mesmo tempo que delimita fronteiras (“nós”, os gaúchos, e os “outros”, de fora do Rio Grande), as atravessa de maneira incontestável: afinal, é como gaúchos que os “outros” nos vêem e isto dá o contorno de uma

das facetas de como “nós” somos. A contrapartida do sentimento de coesão identitária que nos une, de um lado, forma, para os demais, alteridade contrastante que nos individualiza pelo olhar do outro.

tempo indo ao encontro das decantadas raízes regionais?

Poderíamos encerrar estas considerações ligeiras com reflexões “boudianas” sobre a força do simbolismo ou a eficiência do imaginário em criar “um mundo que se parece” com mais charme que o mundo cotidiano do dia-a-dia. Só diria mais uma coisa; este fascínio emblemático, esta carga de positividade que faz com que a cidade tenha como símbolo algo que é, em si, anti-urbano, mais próximo do rural que da civilização. No embate natureza versus cultura, são os valores da primeira os que vencem e se impõem para representar a capital gaúcha, como a demonstrar que o emblema regional é tão forte que o imaginário do gauchismo é capaz até de representar a maior cidade do Rio Grande... Uma cidade que se dá a ver pela anti-cidade recoloca o debate na legitimidade das imagens icônicas e na sua capacidade de cruzar espaços e temporalidades. O gaúcho aponta para o campo e para o passado, aproximando o homem da natureza e com ela o confundindo. Em tudo oposto ao desejável pelo imaginário urbano, que se entrelaça com a cultura, com a atividade humana e olha para o futuro. Mas como já dizia Ítalo Calvino, em se tratando de imagens e imaginário, os olhos vêem coisas que falam de outras coisas. No caso, o tal poder simbólico do gauchismo.

Professora Depto. de História/Ufrgs

ORELHA

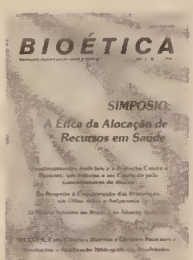
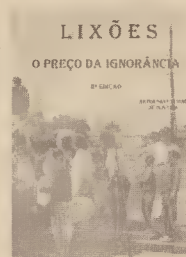


Revista do Ceprs-Sindicato
Nº 3 - Julho de 1997

A edição de julho traz um apanhado geral sobre os principais acontecimentos políticos do mês: a manifestação dos policiais por melhores salários e a ocupação da Assembléia para impedir a votação de projetos do governo Britto. E mostra também a triste realidade da violência sexual contra crianças.

Lixões: o preço da ignorância
Artur Santos Dias de Oliveira

Aborda a problemática de conscientização da sociedade no que diz respeito ao tratamento do lixo produzido pelo homem. A educação voltada para o relacionamento entre o homem e seu meio ambiente, que caracterizou o sucesso do programa “Adeus aos Lixões”, implantado em Rio Grande. Apoio cultural da Associação dos professores da Universidade de Rio Grande. Ed. Salisgraf. 97pg. R\$ 20,00.



Bioética - Vol 5 nº 1 - 1997

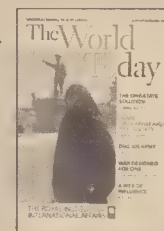
Publicada pelo Conselho Federal de Medicina. Apresenta como tema de fundo a Ética da Alocação de Recursos em Saúde, com textos de José Aristodemo Pinotti, Paulo Antonio de Carvalho Fortes, Raquel Elias Ferreira Dodge, Rejane Maria de Freitas Xavier, Volnei Garrafa, Gabriel Oselka, Debora Diniz, Abrão Rapoport. Ed. Salisgraf. 97pg. R\$ 20,00.

ÚLTIMA EDIÇÃO

World Today

Volume 53 – número 8-9
agosto/setembro de 1997

Life with the enemy: the one-state solution – Ghada Karmi
Dial an Army – David Shearer
A Web of Influence – John Bray
To the Rescue: Radicals or Poodles? – Hugo Slim
The Vision Thing: in Search of the Clinton Doctrine – Grahame Evans
War Designed for One – Lawrence Freedman
Keeping the Faith in Neutrality? – Renata Dwan
Islam, Secularism and Civil Society – Debbie Lovatt
From Raj to Coalition Culture – James Chiriyankandath
Gateway to the Globe – Monojit Chatterjee
Nuclear waste seeks Good Home – Giles Alston
Chatam House: African Answers – Patrick Moberly



Assinaturas

Jornais diários:

– Zero Hora
– Correio do Povo
– Jornal do Comércio
– Folha de São Paulo

Revistas:

– World Today
– Cadernos do terceiro Mundo
– London Review of Books

Professor, todas as publicações assinadas pela Adufrgs estão à sua disposição na sede da associação.

Visite a Home page da Adufrgs:
<http://www.adufrgs.org.br>

Sem terra, mas com educação e dignidade

Sob lonas, árvores e barracas, cerca de 50 mil crianças e oito mil adultos aprendem que lutar por um pedaço de chão os torna sujeitos de sua história. Aos poucos, vão descobrindo que a Educação dá mais sentido à própria luta pela terra. Por isso, definir o local da escola é uma das primeiras providências quando os agricultores ocupam uma área. O sistema de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), voltado para a transformação social, conta com o apoio incondicional da Comissão Pastoral da Terra e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, e em 1995 recebeu o Prêmio Itaú/Unicef. "Mais do que um projeto pedagógico, a educação no MST é uma prática política, onde professores e alunos interagem", ensina a professora Roseli Salete Caldart, que iniciou contato com o MST através de pesquisa como mestranda em educação. Terminou o mestrado e continuou junto aos agricultores por dez anos. Agora, retorna à universidade para um doutorado onde pretende avaliar que contribuição um movimento social camponês pode dar à Pedagogia. Roseli lançou recentemente pela Vozes "Educação e Movimento", livro em que resgata um pouco da história da educação e da formação de educadores no MST.

Silvanio Mariani

Adverso – Quais são as principais frentes de atuação do MST na área da educação?

Roseli Salete Caldart - O trabalho de educação é dividido em quatro frentes: educação infantil – voltada para crianças de zero a seis anos; escolas de 1ª a 4ª série; 5ª a 8ª série e educação de jovens e adultos. Além disso, outro projeto garante a "Escola Itinerante" nos acampamentos e assentamentos, onde não existem escolas. Educação é uma questão de honra para o movimento, porque um projeto rural com vida digna passa pelo acesso ao conhecimento, desde a escolarização básica até níveis maiores. Veja que o nível de analfabetismo nos acampamentos e assentamentos é em torno de 40%; e em algumas áreas chega a 90%, como no norte e nordeste do país.

Adverso – O MST sente dificuldades com relação a falta de professores?

Roseli - Sim, e para atender a isso é que surgiu o Curso de Magistério, que permite a profissionalização dos professores de assentamentos e acampamentos, o que não quer dizer que no MST atuem apenas professores oriundos do movimento. No RS, por exemplo, a maioria dos professores sai de escolas públicas. Em muitos lugares do país é complicado ter professores, seja porque as aulas são em locais de difícil acesso, ou porque os professores não querem dar aula no Interior, ou ainda porque têm preconceitos com os sem-terra. De certo modo nos obrigamos a entrar nessa questão da formação de professores para garantir o acesso à educação ao MST. Atualmente estão em funcionamento dois cursos, um no Espírito Santo, em convênio com a Universidade Federal, e outro em Braga, interior do RS. O critério para participar do curso é que a pessoa seja indicada pelo assentamento. Ou seja, o processo de seleção não é da escola, mas dos próprios coletivos originários dessas pessoas, que já devem estar trabalhando na área.

Adverso - Os educadores recebem salário?

Roseli - O professor é um assalariado pago pelo poder público, pois as escolas são públicas. Agora, com os monitores é diferente, a maioria é de trabalho voluntário, que recebe apenas uma ajuda de custo para manter suas necessidades básicas.

Adverso – Existe uma proposta pedagógica própria do MST?

Roseli - Quando falamos de uma proposta de

educação do MST, não quer dizer que seja uma proposta original, com idéias fantásticas que não existem em lugar algum. A originalidade é exatamente o fato dessa proposta pedagógica surgir do movimento social, de um movimento camponês, e portanto baseia-se no seu vínculo com o meio rural. Com isso não estou querendo dizer que é simplesmente preparar para o trabalho na roça. Se você pensar na realidade do assentamento de hoje, vai ver que a escola deve estar voltada para o trabalho rural, e isso significa que deve estar preocupada com a organização da produção, com a administração, contabilidade e informatização. Não há uma cisão entre o que existe na cidade e o que existe no campo. A realidade rural é vinculada à realidade urbana. Agora, a educação no MST não tem como preocupação fundamental o mercado de trabalho urbano. A proposta educacional do movimento pretende dar oportunidades de trabalho no próprio campo. Pode-se levar para o assentamento uma agroindústria, e isso abre possibilidades que demandam novo tipo de formação, de conhecimentos e de habilidades.

Adverso - Mas não se trata de uma proposta radical na medida em que tem como princípio a transformação social?

Roseli - Esse trabalho de pensar a prática pedagógica não surgiu dentro do MST, existe dentro de toda a sociedade, que busca uma educação de qualidade. Agora, o conceito de qualidade é que difere. E talvez o conceito de uma educação de transformação ou de manutenção da realidade. Existe no MST uma opção definida de construir uma pedagogia que fortaleça esse processo de transformação.

Adverso – A partir de que momento o MST considerou a necessidade de colocar escolas nos acampamentos e assentamentos?

Roseli - Na verdade, foi um processo. Como a luta dos sem-terra é uma luta em família, isso acaba trazendo mais rapidamente a consciência de outros direitos. Existem as crianças que precisam de escola, embora no meio rural a cultura da escola seja me-nos difundida do que no meio urbano. O mote da discussão



Douglas Mansur/Incamera

para uma construção pedagógica foi o projeto "Escola diferente". Os pais não conseguiam formular como deveria ser essa escola, mas sabiam exatamente como não queriam que fosse. Essa é a origem, que se confunde com o próprio movimento sem-terra. E conquistar escola não é uma coisa fácil. Isso significa muitas vezes ter que realizar atos como esse que ocorreu recentemente em Bagé, que foi a ocupação de uma delegacia de ensino para garantir que os professores fossem nomeados para uma escola de assentamento. A escola é também uma conquista, e depois a comunidade começa a escolher o tipo de escola que ela quer.

Adverso – O poder público tem cumprido com suas responsabilidades no financiamento?

Roseli - A realidade é bastante diversa, têm prefeituras que apóiam e liberam professores para esse trabalho, e temos locais em que os professores dão aulas e não recebem salário. De modo geral, temos problemas pela falta de recursos. Com relação à alfabetização de adultos, nós estamos tentando renovar um convênio com o MEC. Contudo, nós consideramos que a educação é um dever do Estado e lutamos por esse direito, mas ao mesmo tempo vamos dando um jeito para que o trabalho vá sendo feito. Não ficamos esperando que esteja tudo pronto, bonitinho, aí agente vai dar aula. Não, se tiver que dar aula em baixo de árvore, a gente vai lá. A partir disso, a própria comunidade começa a se mobilizar pelo direito à escola.

Adverso – Já existe um supletivo do MST em Veranópolis. Existem mais escolas nesse modelo no país?

Roseli - Com esse perfil, não. Do ponto de vista de legislação, o modo de tratar as questões da educação no RS é mais facilitado do que em outros estados. Antes de tentarmos aqui a legalização do

curso de Magistério tentamos em outros estados, mas nos deparamos com a ausência de legislação específica. É a legislação estadual que regulamenta isso. Então demoraria mais criar leis do que nos adaptarmos às leis existentes. No RS existe legislação desde a metade da década de 80, anterior à nossa própria demanda.

Adverso - Quais são as condições físicas para o ensino nos acampamentos?

Roseli - Existe uma heterogeneidade muito grande no Brasil, desde escolas em barracos, em lonas até debaixo de árvores, sem nada em volta. Num assentamento nunca a escola é ótima e as outras coisas não. Tudo é uma conquista, e a escola é parte disso. A comunidade se empenha, e não há outra saída, salvo casos excepcionais onde o poder público cumpre sua função. De modo geral é necessário muita mobilização. É preciso salientar que lutamos por escola nos acampamentos, e não por transporte escolar. Poderia resolver o problema transportar as crianças para as escolas nas cidades. Mas nós entendemos que a gente constrói a abertura para o mundo a partir da própria identidade. Então, significa trabalhar o que é ser um sem-terra e o que é trabalhar no meio rural. É tratando das questões próprias da identidade que se consegue estabelece vínculo com um processo histórico.

Adverso - Qual é a participação da Universidade na área de educação do MST?

Roseli - Em nível nacional temos mais de 40 parcerias com universidades e empresas privadas, e estamos trabalhando no sentido de garantir o acesso ao ensino superior aos sem-terra. Geralmente essa parceria com a universidade se dá pela pró-reitoria de Extensão. No RS, nós temos uma parceira com a Ufrgs, não específica na área da educação, mas que atende nas diversas áreas. A universidade vai até os assentamentos com alunos de agronomia, medicina e arquitetura, por exemplo, num trabalho muito bonito. Existe ainda um programa de formação de professores que tem a colaboração de professores da Faculdade de Educação da Ufrgs. Eu costumo dizer que as universidades estão sendo postas na parede. Ficou consensual a crítica à universidade enquanto instituição fechada em suas quatro paredes. Então ela tenta buscar um tipo de inserção social, e isso tem a ver com a opção da universidade. Pode ser junto a projetos de empresas capitalistas, se voltando mais para o capital, assim como pode fazer a opção de se vincular ao pólo do trabalho, que passa pelos movimentos sociais. Geralmente as parcerias com as universidades iniciam a partir do relacionamento com pessoas que já têm essa opção de inserção voltada aos movimentos sociais. São elas que promovem as lutas necessárias para que a instituição assuma essa parceria.

Adverso - E qual é o depoimento de quem tem participado de projetos junto ao MST?

Roseli - Nós sentimos que os educadores que começam a trabalhar nos assentamentos descobrem o estímulo em ajudar na formação das pessoas. Descobrem estímulo em ensinar um analfabeto a ler, por exemplo. Porque se estabelece uma relação com pessoas que querem saber as coisas, querem discutir. Não há nada mais deprimente que você dar aula a um bando de pessoas numa sala que não sabem porque estão lá, e portanto não reagem às provocações. As escolas tradicionais têm uma estrutura conservadora, vão à reboque das transformações, inclusive tecnológicas. A gente dá muito valor ao trabalho de auto-estima dos educadores, de valorização e de resgate da dignidade. No MST tem essa alegria de acreditar num horizonte, que chamamos de mística. É acreditar numa utopia, mesmo que isso esteja fora de moda.